



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO

JEOVANE GOMES NUNES

**UMA EXPERIÊNCIA DE CARTOGRAFIA SOCIAL: COM O POVO
INDÍGENA APINAJÉ DO ESTADO TOCANTINS.**

Porto Nacional- TO

2019

JEOVANE GOMES NUNES

**UMA EXPERIÊNCIA DE CARTOGRAFIA SOCIAL: COM O POVO
INDÍGENA APINAJÉ DO ESTADO TOCANTINS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Geografia da Universidade Federal do
Tocantins de Porto Nacional para obtenção do título
de Licenciatura em Geografia, sob orientação do

Profº Drº Rosemberg Ferracini.

Porto Nacional- TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

N972e Nunes, Jeovane Gomes.
Uma experiência de cartografia social: com o povo indígena Apinajé do estado Tocantins. / Jeovane Gomes Nunes. – Porto Nacional, TO, 2019.
31 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de Geografia, 2019.

Orientador: Rosenberg Ferracini

1. Cartografia Social. 2. Povos Indígenas. 3. Mapas. 4. Território. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Indigenista Missionário por ter me concedido participar como integrante da entidade, para atuar junto aos povos, em especial o regional Goiás/Tocantins

Aos indígenas Apinajé, por sua solidariedade e amizade sincera durante esses meses.

À minha família pelo apoio que deram a mim por acreditarem no meu trabalho e pela contribuição que deram para minha formação em especial meu irmão Rones Gomes Nunes.

Ao meu orientador pelas orientações preciosas para a conclusão do trabalho.

RESUMO

O presente artigo almeja relatar a importância da construção coletiva de mapas e maquetes, como forma de empoderamento de informação a respeito do território de comunidades tradicionais ou povos originários. Esses povos muitas das vezes são esquecidos pelo estado, o que acaba por terem seus direitos essenciais negados e suas terras invadidas. Portanto como forma de ajudar esse povo, que me decidiu aprofundar nesse trabalho, o que possibilitou muito mais elementos para contribuir com a formação dos povos. Esse trabalho almeja também, mostrar o significado da terra e sua importância para os Apinajés. Por tanto, em termos gerais, objetiva-se demonstrar a cartografia social no povo indígena Apinajé do estado do Tocantins.

Palavras-chaves: Cartografia Social. Povos Indígenas. Mapas. Território

ABSTRACT

The present monograph aims to report the importance of collective construction of maps and models, as a form of information empowerment regarding the territory of traditional communities or indigenous peoples. These peoples are often forgotten by the state, which ends up having their essential rights denied and their lands invaded. Therefore as a way to help these people, I decided to go deeper in this work, which made possible many more elements to contribute to the formation of peoples. This work also aims to show the meaning of the land and its importance to the Apinajés. Therefore, in general terms, it aims to demonstrate the social cartography in the indigenous people Apinajé of the state of Tocantins.

Key words: Social cartography. Indigenous peoples. Maps. Territory

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 CARTOGRAFIA SOCIAL ESTUDOS E CASOS | 10 |
| 3 LOCALIZANDO O POVO INDÍGENA APINAJÉ NO TOCANTINS..... | 13 |
| 4 TERRA E TERRITÓRIO INDÍGENA APINAJÉ..... | 15 |
| 5 CONCEITO DE TERRITÓRIO | 17 |
| 5.1 Território para os Apinajé..... | 18 |
| 6 COSMOLOGIA DO POVO APINAJÉ..... | 20 |
| 7 RESULTADOS OBTIDOS | 21 |
| 7.1 Cartografia social Apinajé | 21 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 29 |
| REFERÊNCIAS..... | 30 |

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo é um recorte de dezessete meses de trabalho que vivenciei no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) como integrante do órgão de formação. Minha função foi trabalhar a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência, injustiça e contribuindo para a formação de conhecimentos que visem a autonomia e qualidade de vida dos índios.

Lá desenvolvi trabalhos junto aos povos, participei de assembleias e debates, organizei encontros, oficinas e rodas de conversas na formação de lideranças indígenas na cidade e nas aldeias. Articulei juntos a outras organizações grandes encontros envolvendo diversas comunidades que lutam por direitos a terra. Aprendi muito sobre a questão indígena no dia a dia e em cursos organizado pelo CIMI e seus parceiros o que contribui em minha formação.

O meu objetivo nesse trabalho é demonstrar a importância da cartografia social enquanto instrumento de poder, proteção, fiscalização, conhecimento e gestão do território. E também relatar a minha experiência na construção do processo da cartografia social junto ao povo Apinajé.

Os povos indígenas sofrem paulatinamente com as ações do estado brasileiro, que tem interesse em seus territórios tradicionais, principalmente como forma de utilizar o solo para a implantação de projetos ligados ao agronegócio.

Desde o início do processo de colonização do Brasil os colonizadores utilizam de várias artimanhas possíveis para apropriar de suas terras, sem levarem em consideração que esses espaços utilizados pelos indígenas carregam uma bagagem simbólica e cultural de suas tradições, no qual garantem a continuidade de sua coletividade, ou seja, suas características de identidade.

Segundo dados do relatório de violência contra os Povos Indígenas no Brasil ano de 2017, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), houveram 847 casos de omissões e morosidades na regularização de terras indígenas, 20 conflitos relativos a direitos territoriais e mais 96 casos registrados em relação a invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio.

Na busca pelo desenvolvimento e lucro imediato, muitas empresas desrespeitam a natureza e acabam gerando vários problemas, como a expulsão das comunidades tradicionais das suas terras, a perda da biodiversidade, degradação e contaminação do solo, ar e água, geração de resíduos químicos no solo e esgotamento dos mananciais hídricos.

Com isso para que um povo tenha mais uma ferramenta de resistência é proposto o mapeamento social, assim esse material produzido facilitará a gestão, fiscalização, proteção do território, e ao momento que for introduzido nas escolas e reuniões indígenas, aumentará o conhecimento de todos a respeito de seu território.

Ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade um grupo não pode ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas está, invariavelmente, ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”) (SOUZA, 2011, p. 84).

Nesse sentido o mapeamento serve para a garantia, permanência, posse, manejo do uso do território e fortalecimento da cultura.

Através do mapeamento as comunidades indígenas descobrem uma ferramenta poderosa, tanto para o controle, a organização e a criação de estratégias comunitárias, quanto para transmitir as visões do entendimento local valorizando e reafirmando a relevância de seus conhecimentos tradicionais, no qual engloba o respeito a natureza e os elementos que a compõe.

Dessa forma se faz necessário a realização da cartografia social no povo indígena Apinajé, pois através dela eles poderão ter um empoderamento sobre território consequentemente melhorar a sua gestão a próprias maneiras.

2 CARTOGRAFIA SOCIAL ESTUDOS E CASOS

A Cartografia é considerada uma ciência e arte, e está responsável pela representação da realidade, contribuindo para a melhor compreensão do mundo, estando protagonizada exclusivamente pelos ditos técnicos da área, o que configura uma forma de poder institucional da elaboração.

Já na cartografia social, o processo de confecção dos mapas é uma construção conjunta entre os pesquisadores e os agentes sociais pesquisados. No entanto o pesquisador possui a decisão determinante na orientação dos dados disponibilizados, além de serem responsáveis pelo georreferenciamento das áreas estudadas.

A técnica consiste em um mapeamento dos territórios com método participativo, o que consiste em um trabalho dedutivo por parte dos agentes pesquisados, abrangendo as características específicas de cada região de acordo com os objetivos dos povos e interesses das comunidades. Na luta pelo território, defesa e reivindicação de áreas, um processo desse pode configurar um instrumento de produção de conhecimento e mobilização do povo.

Os professores Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Ceará (Labocart/ UFC), explicam na “cartilha de cartografia social” que essa técnica é uma “ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos.

Segundo Dorival dos santos “a cartografia social é vista como um processo de construção coletiva que aproxima, em uma mesma categoria de importância, pesquisadores e agentes sociais mapeados.” (2016, p.274). Por tanto a relação de proximidade é importante para a conclusão dos mapas.

O primeiro estudo sistemático reconhecido como cartografia social segundo Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles em entrevista a rede mobilizadora (A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos), remonta da década de 1970, no Canadá, a partir do desenvolvimento do “Projeto de Uso e Ocupação de Terras pelos Esquimós”. Participaram deste projeto centenas de esquimós e foram produzidos mais de duzentos mapas de uso e ocupação da terra. A partir dessa experiência, ainda naquele período, surgiram outras ações semelhantes, como a “União de Chefes Índios da Columbia Britânica”, com mapas sociais construídos a partir do ponto de vista das Primeiras Nações, nome utilizado no Canadá para descrever os povos indígenas da América do Norte que não são de descendência de Esquimós ou Metis.

No Brasil, o conceito de Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, já no início da década de 1990, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner, atualmente professor da Universidade do Estado do Amazonas. Este projeto obteve experiências de mapeamento social realizadas na área correspondente ao Programa Grande Carajás, projeto de exploração mineral iniciado em 1980 pela Empresa Vale S.A., na Amazônia Legal, numa área correspondente a um décimo do território brasileiro.

Uma experiência marcante relacionada à Cartografia Social no território nacional foi, sem dúvida, com relação ao projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, pois resultou na criação de políticas sociais e ambientais voltadas às comunidades tradicionais, em especial a criação de reservas extrativistas.

Em um levantamento realizado pelo instituto ciência hoje, no primeiro semestre de 2008, foram identificadas 118 experiências em que grupos indígenas, comunidades quilombolas, pequenos produtores e extrativistas, membros de associações de moradores urbanos foram envolvidos em práticas de mapeamento dos territórios em que vivem e trabalham.

No caso do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, o mapeamento parte sempre de um convite da comunidade para entender melhor questões locais, nunca é imposto. O antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, da Universidade do Estado do Amazonas, explica no projeto nova cartografia social que “a elaboração desses mapas é uma valorização inédita do conhecimento e da cultura desses grupos e uma prova de que é possível formar bons pesquisadores fora dos grandes centros. E conclui: “isso poderá contribuir para modificar a própria comunidade científica nacional e representa uma aplicação do saber tradicional como ferramenta para superar a pobreza”

Atualmente existe alguns exemplos de cartografia social no Tocantins que está sendo desenvolvida pela Alternativas para Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO) que é uma ONG criada em 1992, reunindo representantes do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Tocantins e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A ONG surgiu para atender à demanda dos agricultores e das agricultoras familiares que buscavam assessoria técnica para a construção participativa de sistemas produtivos de uso e ocupação do solo que fossem sustentáveis e agroecológicos e que com apoio do projeto nova cartografia social está realizando esse trabalho com as comunidades quilombolas.

Um dos projetos no estado foi realizado na comunidade Quilombola da Ilha São Vicente situada no rio Araguaia, município de Araguaína, Estado do Tocantins, destaca a luta pelo território, a história e a dinâmica sociocultural da comunidade frente à expulsão da terra e à

ameaça de projetos hidrelétricos. Em fevereiro de 2013, pesquisadores da Cartografia Social da Amazônia, Núcleo Pará e Tocantins, integrantes da Alternativas para a Pequena Agricultura do Tocantins (APA-TO), e os alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e um do Mestrado interdisciplinar em Ciências Sociais (UFPA), sob a coordenação da professora Rita de Cássia Pereira da Costa, realizaram oficina de cartografia e mapeamento social junto à comunidade quilombola da Ilha.

Nesse exemplo, foram realizadas oficinas de cartografia como atividade e ação de pesquisa do Projeto Mapeamento Social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: Processo de Capacitação de Povos e Comunidades Tradicionais – Fundo Amazônia se propôs acompanhar e registrar situações expressas pela comunidade quilombola da Ilha de São Vicente.

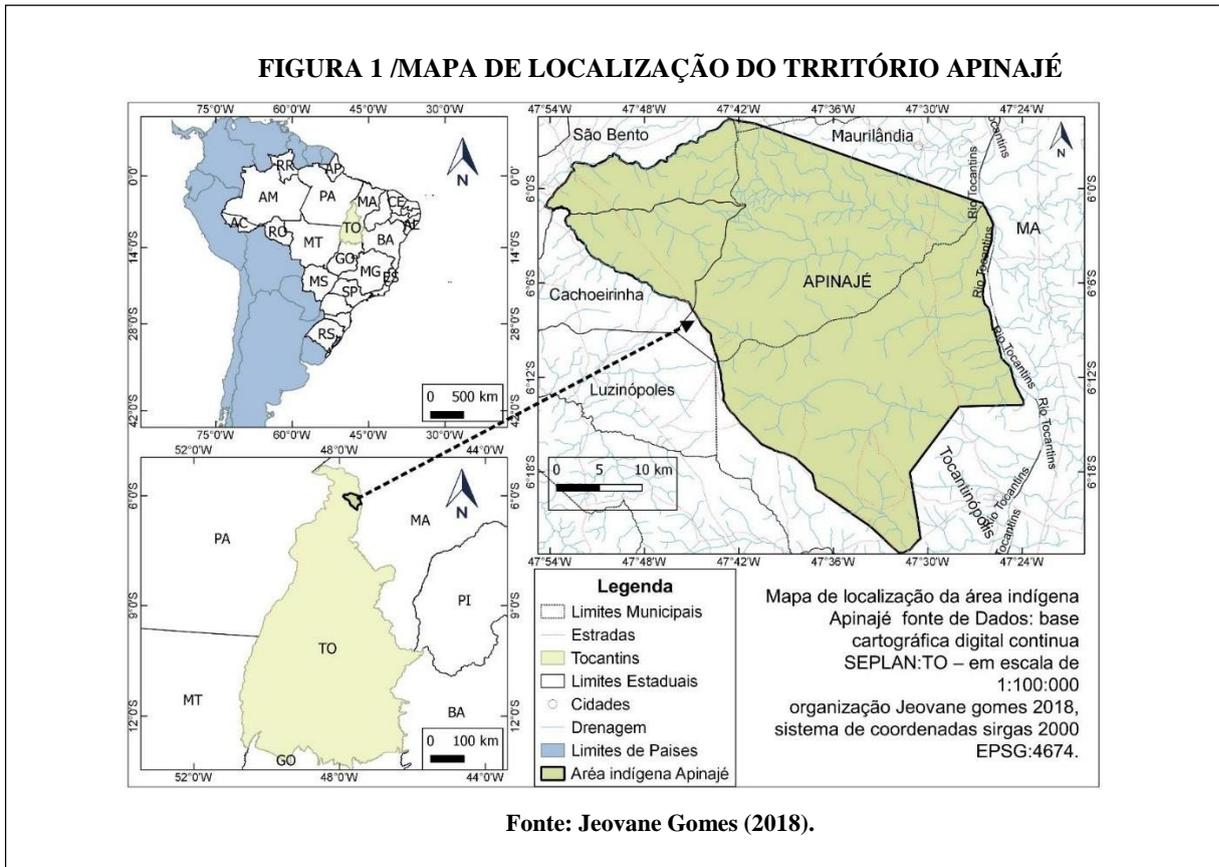
A autcartografia¹ como foco da oficina entre os quilombolas da Ilha São Vicente objetivou registrar a mobilização política, a resistência ao desmatamento e os saberes e práticas socioculturais. Isso com foco na relação com o território e modos de vida que se configuram em ações contra o desmatamento e a devastação. Na atividade realizada na comunidade ficou destacada a resistência e a luta pelo território. Igualmente, as relações de sociabilidade e para o trabalho. E, as representações simbólicas e culturais, que assinalam a relação com o território no passado e no presente.

Um outro exemplo de cartografia social que podemos citar foi realizado nas comunidades quilombolas do Jalapão, com o auxílio da APA-TO onde teve como finalidade mapear os conflitos existente entre a unidade de conservação e as comunidades tradicionais. A partir das oficinas de cartografia e as entrevistas foram construindo os mapas sociais e um relatório referente as demandas das comunidades. Esse trabalho resultou na criação de um boletim informativo onde cita a vida no território antes e depois da unidade de conservação e os conflitos que o parque causou.

Vejamos a baixo, o levantamento de dados para a construção da cartografia social Apinajé.

1 Autcartografia: Técnica na qual os agentes pesquisados constroem os seus próprios mapas.

3 LOCALIZANDO O POVO INDÍGENA APINAJÉ NO TOCANTINS



Os Apinajé estão classificados como Timbira Ocidentais e caracterizam-se por uma sofisticada organização social composta por vários sistemas de metades cerimoniais e aldeias relativamente populosas.

Segundo informações do CIMI, na segunda metade do século XX, esse povo sofreu uma grande de população e desestruturação social, quando seu território foi invadido por centenas de famílias de migrantes e tiveram suas terras cortadas por estradas, como a Belém-Brasília e a Transamazônica. O traçado desta influenciou a exclusão de uma parcela de seu território tradicional na demarcação oficial de sua terra, a qual eles vêm buscando recuperar.

Em leitura do mapa (figura 1), podemos observar que esse povo vive hoje em dia na região norte do estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, o município mais próximo é Tocantinópolis. O Território Apinajé fica próximo ao estado do Maranhão e Pará.

O limite leste do território é a margem esquerda do rio Tocantins e os cursos d'água desta parte deságuam nele. O limite oeste, embora não atinja o rio Araguaia, é composto por córregos que deságuam naquele rio. Através de rodovia asfaltada pode-se chegar ao município

de Tocantinópolis, seguindo adiante pode-se adentrar ao território através da BR-230 (rodovia Transamazônica) ou da TO-126, duas rodovias não pavimentadas a qual terá acesso as primeiras aldeias.

4 TERRA E TERRITÓRIO INDÍGENA APINAJÉ

Do processo de ocupação da terra indígena Apinajé, até a demarcação física do seu território tradicionalmente ocupado pelo povo, vem se dando desde o final do século XVIII, acentuando-se no século XX, como aponta a FUNAI (2018), que foi sem dúvida intensificado com a implantação dos grandes projetos de desenvolvimento na região norte de Goiás, principalmente depois da construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, que cortam o território Apinajé.

Ao longo da Transamazônica existiam até a demarcação física da área Apinajé, em 1985, pequenos núcleos de moradores onde antes estavam situados os acampamentos de obras. Estes núcleos que viviam da venda de refeições, café, cachaça aos usuários da estrada trouxeram inúmeros problemas para os Apinajé, servindo como polo de prostituição e transmissão de doenças, além de terem devastado o seu entorno em 10 anos de existência, o que os Apinajé não fizeram em mais de cem anos de ocupação.

Segundo dados da FUNAI (2019) em 1975 e 1982 são instituídos vários grupos de trabalho (GT) para delimitação da área Apinajé, tendo sido iniciado, em 1979, o processo de demarcação física da área, que teve de ser suspenso por imposição dos índios, que discordavam dos limites que lhes estavam sendo impostos, na medida em que não incorporavam a faixa de terras do ribeirão Gameleira e Mumbuca.

Assim os Apinajé tiveram parte de suas terras reconhecidas pelo Estado Brasileiro somente em fevereiro de 1985, após terem interrompido o tráfego da Transamazônica e terem iniciado por conta própria com o apoio de outros povos indígenas, os Krahô, Xerente, Xavante e alguns Kayapó.

Durante esse tumultuado processo de delimitação e demarcação da área Apinajé, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), órgão responsável pelo reconhecimento das áreas indígenas, acabaria por decretar uma área de 142.000 hectares, alterando a proposta encaminhada pela FUNAI e retirando áreas importantes consideradas pelos indígenas situadas nos ribeirões do Gameleira, Mumbuca e Cruz.

Por ocasião da luta pela demarcação, esta área estava ocupada segundo a FUNAI (2019) por 641 invasões, com um total aproximado de 5 mil pessoas. Esses ocupantes foram indenizados por suas benfeitorias e intimados a deixar a área demarcada apenas 12 anos depois, em abril de 1997, com recursos do Convênio CVRD/FUNAI. Somente não foram indenizadas as famílias que residiam no limite norte da área, a região do ribeirão Pecobo, onde a Fundação

Nacional do Índio (FUNAI) não havia realizado o levantamento fundiário necessário para o cálculo das indenizações.

Após a demarcação, ainda em 1985 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) enviou dois grupos de trabalho (GT) para a redefinição dos limites do Território, sem, entretanto, dar continuidade ao processo. Foi somente em 27 de abril de 1994 que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) assinaria a Portaria nº 0429/94, criando o Grupo Técnico de Revisão da Área Indígena Apinajé. O GT instituído incluiu parte desta área reivindicada pelos Apinajé, mas o processo encontra-se aguardando a realização do levantamento fundiário na área a ser acrescida como condição para seu encaminhamento para a decisão do Ministério da Justiça.

E então a terra indígena Apinajé foi demarcada com uma área de 141.904 hectares entre os municípios de Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis. E hoje em dia esse povo se encontra altamente divididos em seu território segundo os dados do Conselho Indigenista Missionário - CIMI (2019) em 39 aldeias como percebemos no mapa 2 (figura 2), totalizando uma população de 2.412 distribuídas em seu território.

Hoje em dia percebe-se que é muito marcante no povo Apinajé a defesa do território, estando sempre presente nas discussões dos caciques e anciões e é pauta constante nas ações da associação união das aldeias Apinajé - Pempxà.

São realizadas constantemente atividades de monitoramento dentro e nos limites territoriais, visando a proteção e preservação do mesmo, diminuindo as chances de invasões e atividades ilícitas praticadas por não-índios que adentram no território para roubar caças, madeiras, peixes, frutas entre outras questões.

5 CONCEITO DE TERRITÓRIO

O território dentro da geografia é considerado umas das categorias de análise do espaço geográfico amplamente discutida e pode ser entendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”(SOUZA, 2011, p. 96). Porém sua definição varia conforme a corrente de pensamento ou a abordagem que se realiza, mas essa é a conceituação mais comumente adotada.

Sendo assim, por sua vez o território, é frequente nas relações internacionais, pois é poder, domínio, fronteira, expressão da ação social e estatal em determinado espaço, “no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades) ” (SOUZA, 2011, p. 87). Assim, nos faz entender que não é físico e se caracteriza através de processos sociais de dominação e controle.

Por tanto, os territórios são lugares por determinação, onde, são definidas as relações sociais étnicas e características do povo. Portanto, o conceito de territorialidade vem de encontro, mesmo que, sendo abstrato, denota uma relação entre homem e lugar (SOUZA, 2011), por sua vez, auxiliando para especificar a relação que os indígenas têm com a terra, realçando uma idéia de um espaço geograficamente determinado, para que este local seja considerado seu.

Ainda, o “espaço social delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo é suporte material da existência e mais ou menos fortemente catalisador cultural-simbólico - e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia”. (SOUZA, 2011, p. 108). Nesse sentido, o território é um lugar de vivências, produção, reprodução e também de expressão do sentimento de pertença. Assim, obtendo significados simbólico para o povo, conferindo a essência desse lugar. Os Apinajé têm seu modo particular de viver e agir no espaço, configurando-os em seus lugares, contudo, os projetos de não indígenas os forçam a se reconfigurarem.

Nessa perspectiva, os territórios das comunidades tradicionais ou povos originários se caracterizam por serem, mais fortemente, ligados ao campo simbólico, e não simplesmente às relações de poder, propriedade ou controle político da hegemonia econômica circundante.

Dessa forma podemos dizer que o território é um dos principais e mais utilizados conceitos da Geografia, pois está diretamente relacionado aos processos de construção e transformação do espaço geográfico. E para a realização desse projeto o entendimento do conceito de território se tornou indispensável.

5.1 Território para os Apinajé

Desde que os portugueses desembarcaram no Brasil, a história dos povos indígenas tem sido marcada pela luta em defesa da posse de suas terras, ou seja, de seus territórios. Para os indígenas, a terra é a fonte de sustento, de onde retiram alimentos e matérias-primas para fabricar utensílios, adornos e medicamentos. Além disso, eles a consideram a moradia dos espíritos de seus antepassados, o que lhe confere um caráter sagrado.

As visitas as aldeias, permitiu a minha compreensão do significado que a terra tem para o povo. Nas conversas nas rodas, encontros e em alguns eventos, bem como em reuniões políticas dentro da aldeia que discutiam temas relacionados com ao território, pude perceber e compreender o sentido dado à terra e ao território.

Penso, que a terra na concepção indígena é um grande espaço de sobrevivência onde realizam seu modo de ser. Esse espaço é constituído por grandes florestas onde podem fazer a coleta e a caça, de córregos onde pode extrair os peixes para sua dieta alimentar e, sobretudo um espaço onde possam plantar para obter os alimentos que serão divididos essencialmente para todas as famílias que ali habitam.

A relação que esses povos estabelecem com a terra e com o espaço onde vivem não são meramente geográficas, todas as coisas da natureza, como as montanhas, as florestas, os rios são seres vivos que possuem poderes. Essas concepções influenciam as relações desses indivíduos com o espaço que os cercam.

Muitas das reivindicações dos povos indígenas estão relacionadas com o fato de eles tentarem reescrever as suas próprias histórias e adquirir uma melhor qualidade de vida com todos os direitos garantidos. Por que, o modo como foram percebidos e representados, geralmente são modos de caráter colonial. Eles foram representados pelos missionários, pelos colonos e pelas elites intelectuais e políticas, contudo, as colocações sempre tiveram esse embate de como eles eram representados e de fato como eles se concebiam a si mesmo.

Dessa forma pode se dizer que a terra para os indígenas vai muito além, de questões relacionadas à subsistência. Possuindo representações nas quais todo o sentido de existência se baseia. É um suporte na vida dos indígenas onde acontecem as relações sociais humanas e também, é o palco das relações com seres espirituais que na concepção deles também habitam a terra. Para tanto, o fator terra é crucial para a manutenção desses povos.

Porem cada povo indígena tem uma maneira própria de relacionar-se com a natureza, retirando de seu território o que é necessário para a sobrevivência do grupo. O que esses povos

têm em comum são as relações e o respeito pela a terra ser muito forte, podendo chamá-la até de mãe terra, por tudo que ela os fornece.

Especificamente para os Apinajé, a unidade territorial constitui-se de um espaço físico composto por serras, campos, florestas e rios, onde os eles podem exercer suas atividades de caça, pesca, coleta e plantio de milho, abóbora, feijão entre outros alimentos. Este território constitui um espaço de convivência do seu povo onde desenvolvem suas atividades de subsistência material e social.

O território é fonte permanente de socialização para os povos indígenas, onde falam sobre as caçadas, pescas, abundância ou escassez de um determinado produto, sobre os aspectos sobrenaturais da floresta, dos rios ou serras, acerca do encontro com espíritos. O território não é, afinal, apenas fonte da subsistência material, mas também lugar onde os índios constroem sua realidade social e simbólica, concretizando a identidade do povo.

6 COSMOLOGIA DO POVO APINAJÉ

Como para a maioria dos grupos indígenas do Brasil, para os Apinajé os elementos da natureza, sobretudo os animais nunca são apreendidos como únicos ou isolados, mas como partícipes de uma cadeia de relações que envolvem de uma só vez os humanos e não-humanos e estes entre si. Nesse sentido, caçar significa interagir com forças simbólicas da natureza, pois toda caça possui uma subjetividade particular (um “espírito” que define o “caráter” de uma espécie animal determinada) que coloca a relação predador/presa como uma relação entre sujeitos.

Segundo Giralдин (2000) na concepção timbira, o espírito dos humanos mortos (carõ) sofre uma série de metamorfoses, passando a utilizar os corpos de animais e vegetais como avatar, em uma escala regressiva (dos mamíferos superiores aos insetos; das plantas cultivadas ao “pau podre”, para finalmente se transformar em pedra, deixando então de se comunicar com os vivos). Além de revelar a hierarquia implícita na ordem natural na concepção timbira, estas metamorfoses indicam que, sob a pele de um ente natural, o carõ pode estabelecer contato com os Humanos, contato sempre perigoso (pode trazer doença e a morte) e que dá ao sujeito contatado (se ele aceita os termos “oferecidos” pelo carõ) a possibilidade de vir a ser xamã (wajaka), adquirindo por essa via o poder de manter uma interlocução permanente com o “outro lado” e o poder de cura.

A mitologia também enfatiza a “humanidade” dos animais, dado que “antes todos os bichos falavam”, como dizem; os animais são tidos como ex-humanos, a concepção indígena neste ponto se diferenciando radicalmente da cosmologia da chamada sociedade ocidental, para quem a condição “comum” entre os humanos e os bichos é a “animalidade” (somos animais racionais).

7 RESULTADOS OBTIDOS

A partir da pesquisa realizou-se a confecção uma maquete e um número de mapas retratando algumas realidades do território. Todos os mapas e a maquete foram organizados para terem uma linguagem mais acessível para os indígenas.

Para alcançar, coletar, gerenciar, analisar, e realizar as adequações das informações geográficas do território Apinajé, procedeu-se com o auxílio do Sistema de Posicionamento Global (GPS) da marca Garmin para coletar os pontos no território. A delimitação da área e a produção do material cartográfico digital foram realizadas em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG) utilizando-se o software Quantum GIS 10.14, com a base cartográfica do SEPLAM - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo atualizada e TOPODATA - Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil. Ainda foi utilizada imagens de satélites Landsat 8, para se obter uma precisão eficaz sobre o trabalho.

Para atingir a precisão desejada, as imagens foram georreferenciadas na grade de coordenadas UTM (Universal Transversa de Mercator), em escala de 1:00.000, a partir do Datum SAD 69. Após todo levantamento de dados foram selecionadas as informações consideradas mais relevantes para o povo, e assim prosseguiu-se a construção dos mapas.

Foram produzidos um total de 9 mapas e uma maquete, cada um com características específicas, sendo elas: localização territorial e das aldeias, hidrografia, sub-bacias hidrográficas, vegetação, hipsômetro, limites do território e localização das escolas e postos de saúde indígena.

7.1 Cartografia social Apinajé

A construção dos mapas aliado a técnica da cartografia social possibilitou a criação de um material rico em informações sobre o território e seus limites, constituindo um conhecimento alternativo fundamental para os indígenas, no qual será de grande importância para todo povo.

O processo da Cartografia social envolveu a realização de várias atividades, com destaque para os apresentados na tabela (1) abaixo.

Tabela 1- Principais Atividades realizadas

| | |
|---------------------------------|---|
| <p>Encontros: Reuniões:</p> | <p>Rodas de conversa e debates nas quais emergem os interesses sociais, o reconhecimento do território, as territorialidades específicas, os conflitos, desejos e aspirações da comunidade.</p> |
|---------------------------------|---|

| | |
|--|--|
| Construção os primeiros materiais e coleta de dados: | Processo no qual o grupo simboliza os referentes do território por meio do desenho ou diálogos, concretizando significados aos elementos materiais (rios, monumentos, edificações, etc.) e imateriais (fronteiras, limites, conflitos, espaços sagrados, praticas culturais.) que em conjunto expressam o uso e apropriação do território. |
| Sistematização dos dados e elaboração do material: | Agrupamento de informações e conhecimentos sobre o território. A compilação dos dados valoriza elementos objetivos e subjetivos e, sob a avaliação do grupo, define-se o que comporá o material. Aperfeiçoamento: Trabalho em laboratório; |
| Resultados | Produto de todo o processo, que reúne textos, imagens (fotografias e mapas) e maquete. |
| Apresentação: | Encontro na aldeia com os indígenas |

Fonte: Jeovane Gomes / 2018

Essa tabela se caracterizou como base para a construção da cartografia social. No CIMI apresentei a mesma para a equipe na qual trabalhava e prosseguimos com o processo.

No decorrer do processo e dos diálogos a qual eu fazia parte, foram surgindo propostas para novos mapas, intensificando os trabalhos e melhorando cada vez mais o material, como foi o caso do mapa Hipsômetro (figura 5) no qual representa as altitudes do terreno, que por sua vez, ao analisarmos podemos observar os morros e os locais mais altos do território, o que possibilita um conhecimento prévio na hora que os indígenas forem instalar novas aldeias na região.

Nesse aspecto, também surgiu a ideia de elaboração dos mapas de hidrografia (figura 3) e de sub-bacias hidrográficas (figura 7) que por sua vez contribuirá bastante nessa organização do território.

O que deixa bem claro nesses mapas são as direções dos cursos da água e suas respectivas nascentes, constando como um material de grande valor para o povo, pois a preocupação com a água está sempre presente em suas reuniões, principalmente quando se fala em instalar uma nova aldeia, o que geralmente ocorre estrategicamente como forma de ocupar uma maior parte do território.

Ainda durante os encontros o qual participei eu pude perceber o profundo conhecimento que o povo tem acerca do território em que habitam e as formas de interação que possuem com os ambientes.

Eles conhecem e atribuem significados a cada pedaço do lugar em que nasceram ou que vivem, fazendo o eficiente manejo destas áreas, comprovado pelo nível de conservação ambiental em que se encontram, como podemos observar no mapa da vegetação (figura 6) no qual deixa claro que a vegetação se encontra bastante intacta, fazendo com que conseqüentemente as nascentes, os córregos e lagos, observados no mapa da hidrografia (figura 3) fonte indispensável na manutenção da vida, mantenha o seu fluxo natural, livre de grandes interferências antrópicas.

Ficam demonstradas as possibilidades de interação e convivência entre os indígenas e o meio ambiente, o saber ancestral acumulado, passado de geração em geração serve de fonte primordial e base para a interação com o meio, que podemos caracterizar como sendo um uso sustentável sobre o território.

Embora eles já possuam um conhecimento comum sobre o território, ainda surgem algumas dúvidas, sobre, por exemplo, a qual município pertence uma determinada aldeia, e através do mapa isso é esclarecido, o que facilita na hora de cobrarem por algum tipo de assistência aos gestores municipais, desde a manutenção de uma estrada, e até outros direitos constitucionais como na área da saúde, educação, saneamento básico, coleta de lixo entre outros.

Ainda, quando apresentado as primeiras informações sistematizadas no mapa, através do processo de Cartografia Social, potencializou e provocou reflexões sobre o uso e ocupação do território, bem como, sobre as mudanças frente às novas pressões sofridas pelo povo.

A exemplo posso citar que as lideranças indígenas perceberam elementos considerados importantes e preocupante com relação ao território. Em primeiro momento o que chamou a atenção foi a presença de um cemitério de não indígenas dentro do território, percebido só através do mapa de localização das aldeias (figura 2) no qual em seus entendimentos é um pretexto do não índio para ficarem adentrando no território para observar, coletar recursos naturais como madeira e também casar animais.

No que diz respeito a extensão do território, o que os indígenas perceberam, foram que algumas áreas próximas aos limites estarem desabitadas, como observado no mapa (figura 2) principalmente na parte norte e leste, facilitando possíveis invasões e alteração dos marcos que determinam o limite territoriais, como já suspeitam por eles.

Com objetivo de aprimorar ainda mais os conhecimentos e também obterem mais uma ferramenta de informação, eu propus que fizéssemos uma maquete do relevo, que representasse de forma mais clara o território.

E então a partir dos estudos e discussões realizados em equipe, foram elencadas algumas informações consideradas importante para o povo, e posteriormente inseridas no software de sistema de informação geográfica Quantum GIS, para que associados a outros elementos, constituíssem um modelo para a construção de uma maquete tridimensional.

Após a construção da mesma, foi feita uma reunião na aldeia com a presença de lideranças, caciques e representantes do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), para a apresentação e finalização da maquete.

Esse processo final gerou discussões, porém se caracterizou por terem feito as demarcações das aldeias na maquete, isso com a participação dos indígenas, e mais precisamente possível por terem o conhecimento da área e os mapas como auxiliar.

Por tanto os mapas assim como a maquete terão um papel de grande valor para o povo, sendo que as informações diversas contribuirão para basicamente tudo o que o povo precisar, como na gestão do seu território, podendo ser caracterizado como uma das ferramentas mais úteis no diz respeito ao conhecimento sobre território.

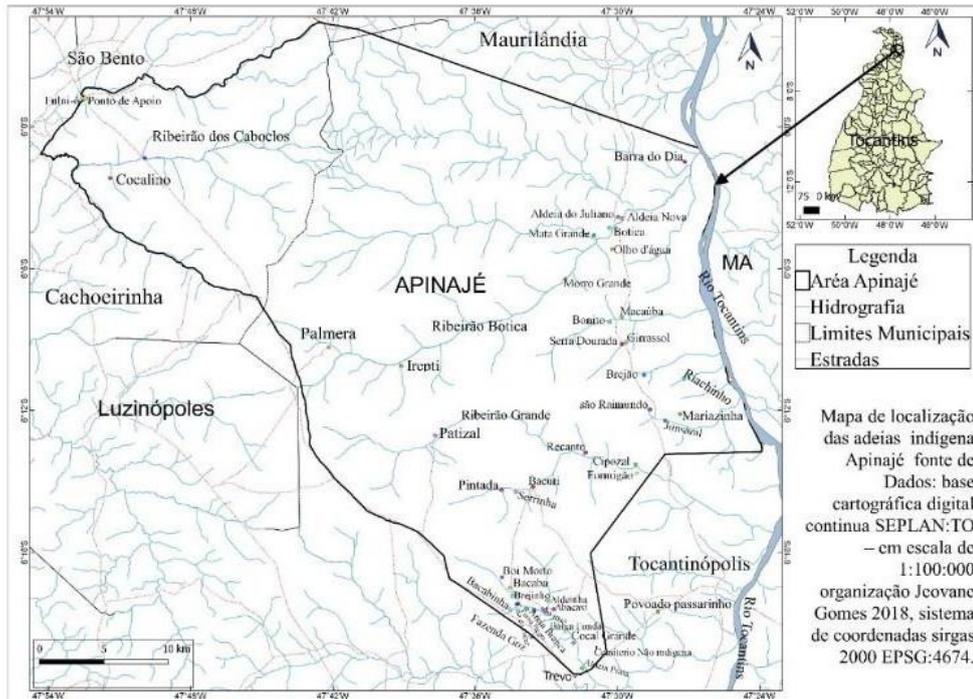
De um modo geral esses mapas em conjunto com a maquete, apresentaram um conhecimento totalmente aprofundado sobre o território e fez com que se tornassem relevante para o empoderamento do povo, pois à medida que o processo encaminhava exigia mais reflexão, generalização e seleção das informações sobre o território e essa produção de conhecimento para a preparação do produto final, é o que verdadeiramente empodera uma determinada população, pois viabiliza as ações de pensar, refletir, sentir, sonhar, criar e, finalmente, agir.

Além do mais esse processo faz com que os indígenas adquiram uma melhor compreensão sobre o espaço geográfico, podendo compreendê-lo e utilizar do seu conhecimento para suas vidas.

Contando com todas essas informações o que se percebe é que o povo indígena está se apropriando do conhecimento científico para organizar seu território e mante –lô ou alterá-los de acordo com suas perspectivas. Além de cada vez mais promoverem espaços de diálogo e ações de interação, compartilhamento de saberes, desenvolvimento e empoderamento, o que fortalece as lideranças na reivindicação por direitos, tais como o acesso à educação diferenciada e de qualidade, a uma saúde digna e o incentivo aos jovens a cursarem um nível superior para que posteriormente voltarem para o território e continuarem na luta e defesa por seus direitos.

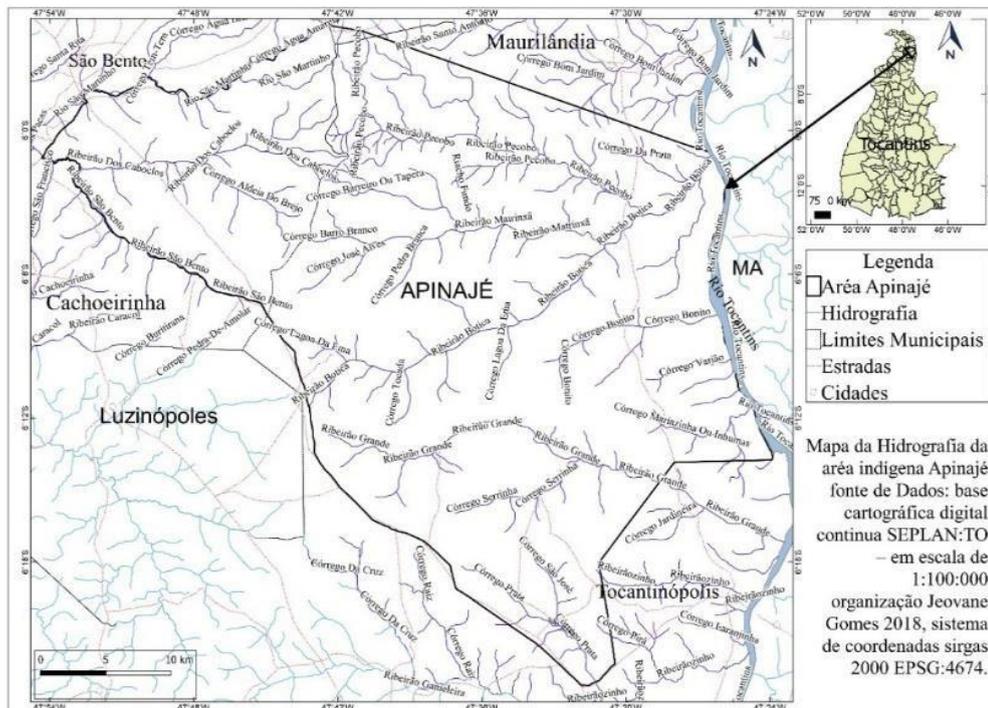
Observe abaixo os mapas produzidos a partir de interesses do povo Apinajé e com minha contribuição:

Figura 2 /MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS INDÍGENAS APINAJÉ



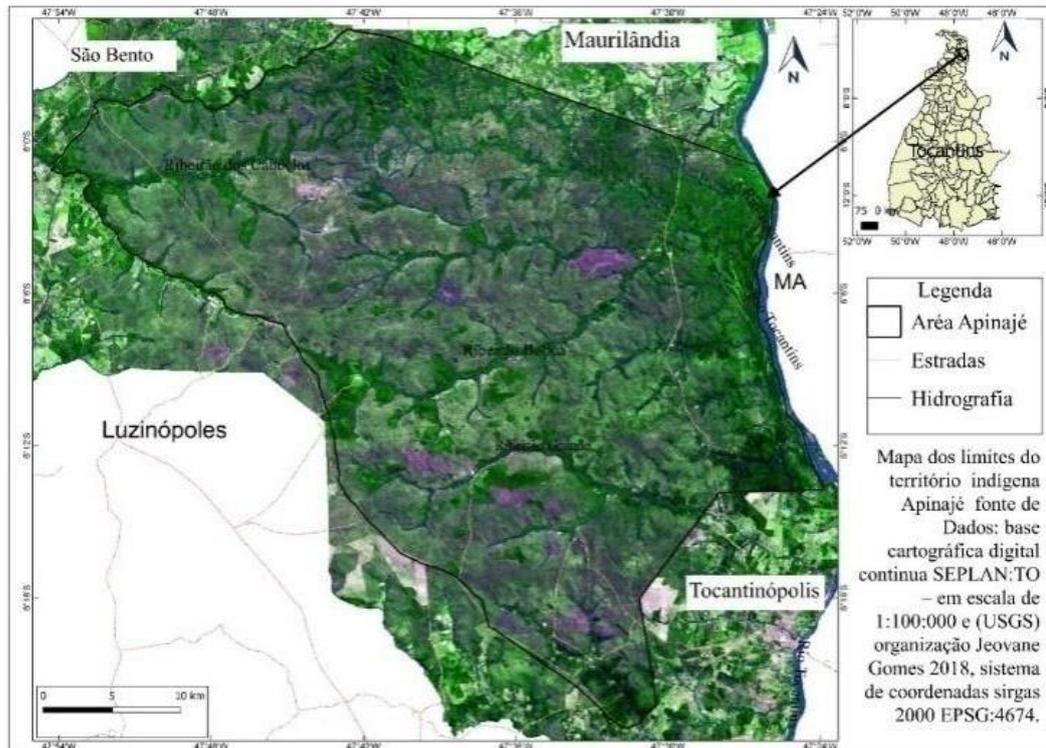
Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 3 / MAPA DA HIDROGRAFIA



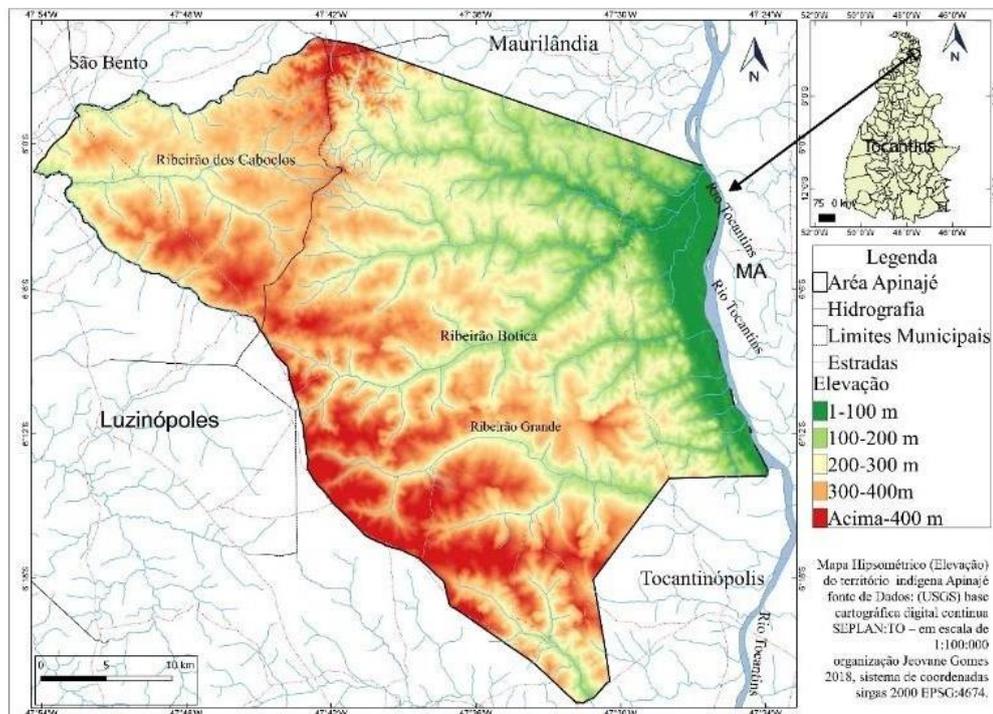
Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 4 / MAPA DE LIMITES TERRITORIAS



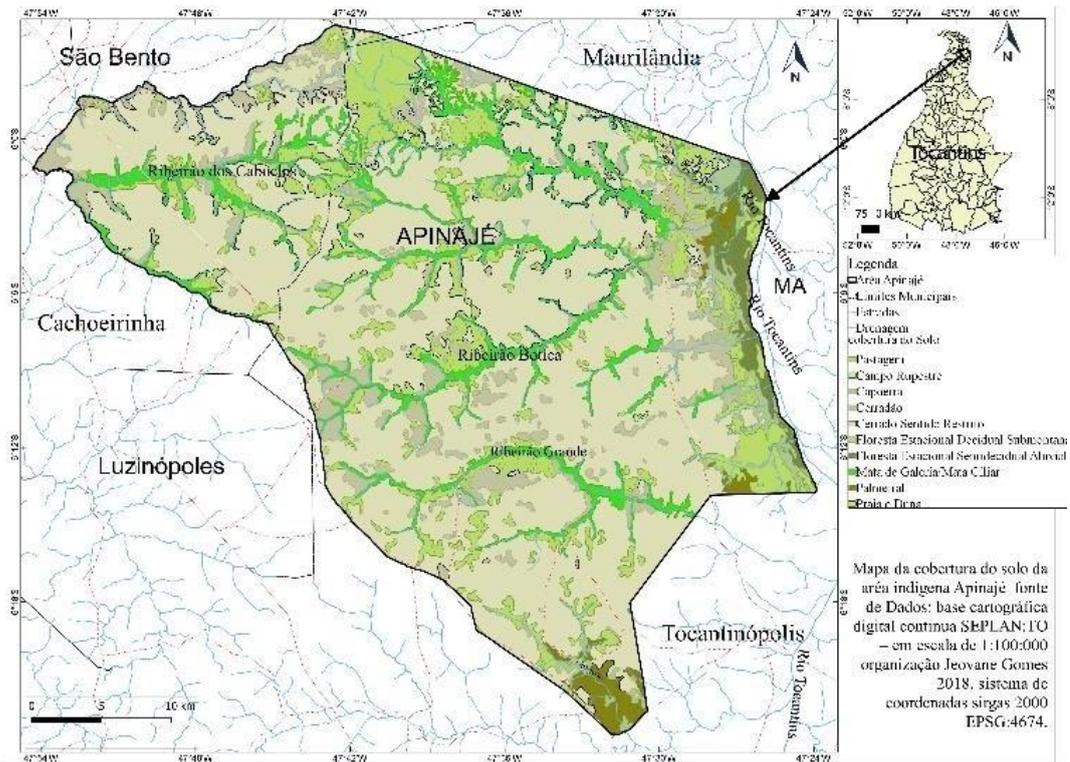
Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 5 / MAPA HIPSÔMETRO (ELEVAÇÃO)



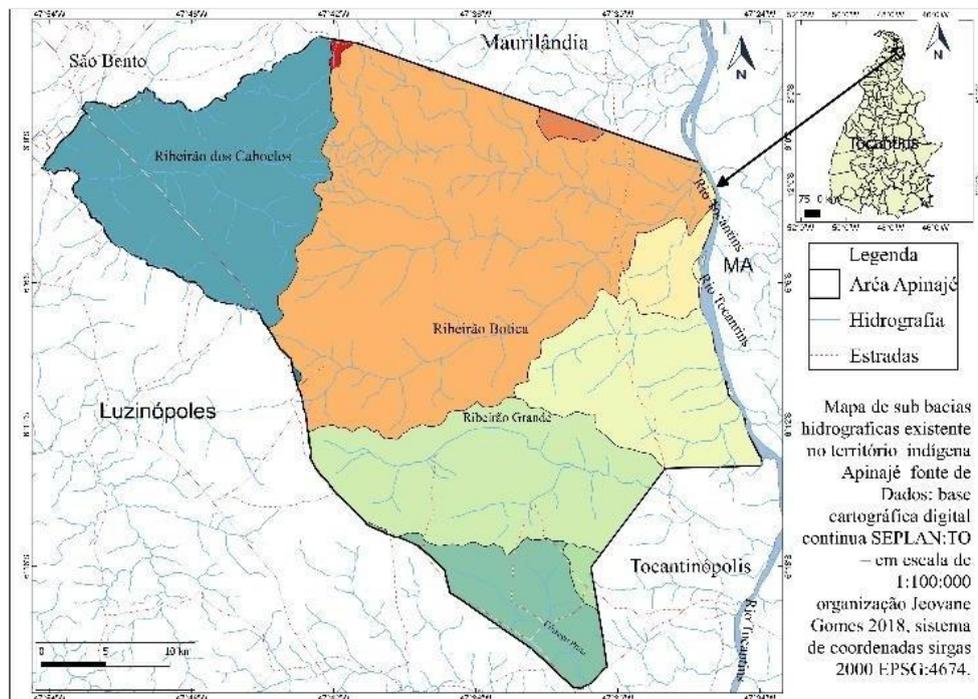
Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 6 /MAPA DA VEGETAÇÃO



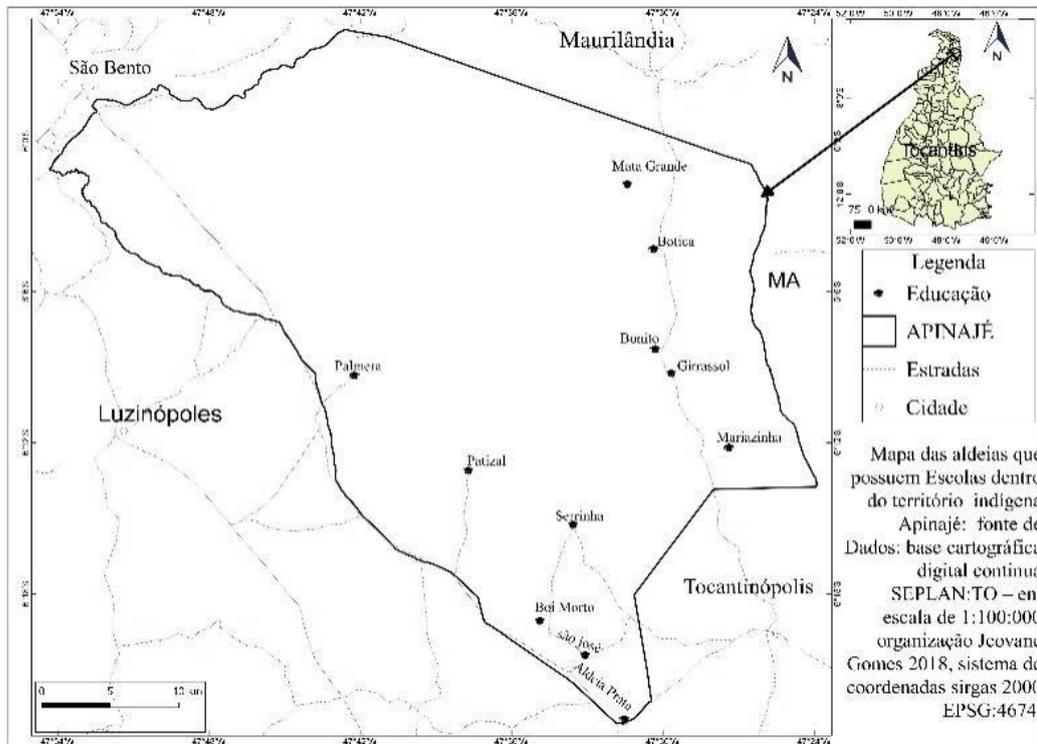
Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 7/ MAPA DE SUB-BACIAS HIDROGRAFICAS



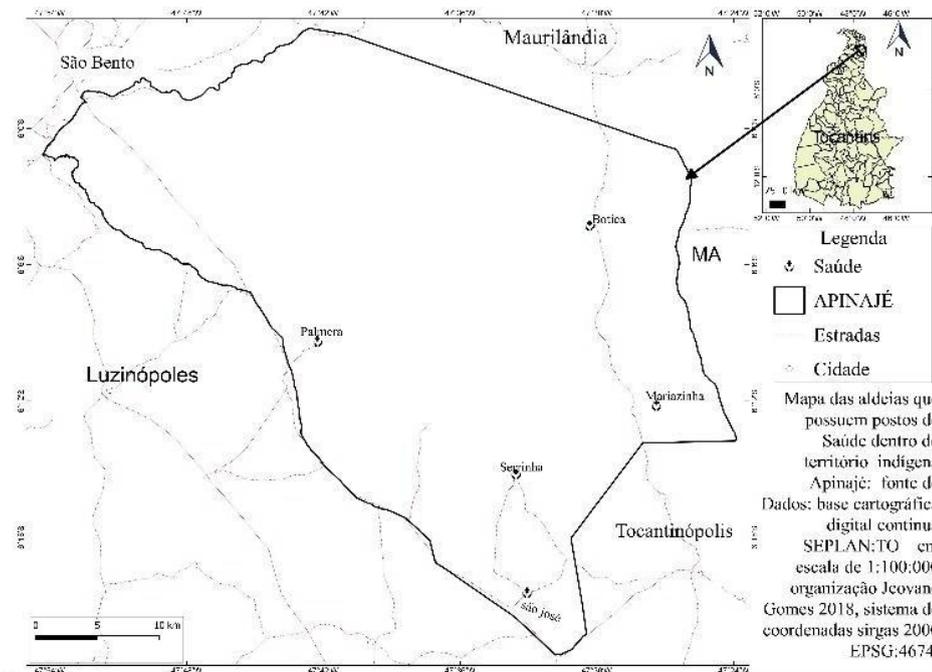
Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 8/ MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS



Fonte: Jeovane Gomes (2018).

Figura 9/ MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS POSTO DE SAÚDE



Fonte: Jeovane Gomes (2018).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa constatou a importância da cartografia social como forma de poder e conhecimento sobre o território para os indígenas. Por tanto ao ser realizado, o povo adquiri um conhecimento amplo e qualificado, que ao mesmo tempo ajuda-os a se organizar no espaço, melhorando a gestão e o domínio sobre o território.

Estudar o território desse povo indígena, a partir da cartografia social, além de contribuir para a formação de conhecimentos, é também poder mostrar para a sociedade o quão é importante o fortalecimento dessa cultura que insiste em ser diferente, mesmo com tantas mudanças, apropriações e assimilações dos modos nacionais, no entanto, essas apropriações se dão a partir de suas categorias próprias.

Em relação à manutenção da existência Apinajé essa cartografia vem para intensificar os seus modos de vida. Pois através dela o povo também fortalece a sua identidade, já que no processo de cartografia social, os saberes ancestrais têm seu lugar durante as discussões e encontros realizados. Ou seja, os valores culturais do povo são importantes em um processo como esse.

Por tanto a Cartografia Social permitiu que os indígenas adquirissem um notável conhecimento, com novas possibilidades.

Observou também que não há um único modo de desenvolver a metodologia do processo e mesmo depois não deve seguir à risca as etapas. A criatividade e autonomia são fundamentais para adequar sugestões. Á sempre possibilidades surgindo, para enriquecer as informações geradas na pesquisa.

Para tanto, compreender as relações que esse povo tem com seu território e relacionar com a geografia me fez rever conceitos importantes para a minha formação enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. et al. (org). Guia Para Experiência de Mapeamento Comunitário, Rio de Janeiro, Versão brasileira: ETTERN/IPUR/UFRJ, 2013.

ACSELRAD, Henri (organizador) Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. – Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate / ; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Mapas com vida própria. Dos índios artesãos de Manaus aos quilombolas do Maranhão, populações tradicionais retratam sua situação geográfica e social com auxílio de GPS.

GIRALDIN, Odair. - Axpên Pyràk. História, Cosmologia, Onomástica e Amizade Formal Apinajé. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2000.

SANTOS, Dorival. Cartografia Social: O estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. Revista de geografia e interdisciplinaridade; /2016/; Especialista em Povos e Comunidades Tradicionais pela UEMA.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77-116.

Sites Consultados

A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos: <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/> acesso no dia 02 /10/2018

Alternativas para pequena agricultura no Tocantins (APA-TO); disponível em <http://novacartografiasocial.com/>

Blog: Associação união das aldeias Apinajé (PEMPXÀ) disponível em: <http://uniaodasaldeiasapinaje.blogspot.com/>

Cartografias colaborativas: <http://culturadigital.br/cartografiacolaborativa/c/artigos/> acesso em 02 /10/2018.

Conselho indigenista missionário (CIMI); disponível em: <https://cimi.org.br/>

Fundação Nacional do Índio (FUNAI); disponível em: <http://www.funai.gov.br/>

GORAYEB, Adryane; MEIRELES, Jeovah. Cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CO;acesso em 02/10/2018.>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Informações sobre os municípios brasileiros quanto à população, economia e cartografia dentre outros. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 12/05/2018.

Imagens de satélites Landsat 8: USGS: Science for a changing world: Earth Explorer. <https://earthexplorer.usgs.gov/> acesso em 08/10/2018.

INSTITUTO CIÊNCIA HOJE. Projeto faz cartografia de comunidades tradicionais brasileiras, 27 jul. 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br:projeto-fazcartografia-de-comunidades-tradicionais-brasileiras/>. Acesso em 06/10/2018

PNCSA, Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Site institucional. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/>>.acesso 06/10/2018

Projeto nova cartografia social (boletim informativo, comunidades quilombolas do jalapão) APA-TO disponível em: <http://novacartografiasocial.com/> acesso 06/10/2018

Projeto nova cartografia social (quilombolas da ilha de são Vicente)<http://novacartografiasocial.com/> acesso no dia 01 /01/2019

Rede mobilizadora: A cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos; <http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/> acesso em 10/11/2018.

Secretaria da Fazenda e Planejamento SEPLAN:<http://seplan.to.gov.br/zoneamento/bases-vetoriais/base-de-dados-geograficos-do-tocantins-atualizacao-2012/#sthash.GgrsXz31.dpuf>; Acesso em 12/05/2018.

TOPODATA - Banco de Dados Geomorfométricos do Brasil – DSR/INPE; <http://www.dsr.inpe.br/topodata/> acesso em 03/07/2017